



**DIREITO À EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS SOBRE AS GARANTIAS
FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS**

**RIGHT TO EDUCATION: PERSPECTIVES ON CHILDREN'S FUNDAMENTAL
GUARANTEES**

**DERECHO A LA EDUCACIÓN: PERSPECTIVAS SOBRE LAS GARANTÍAS
FUNDAMENTALES DE LOS NIÑOS**



<https://doi.org/10.56238/levv16n49-067>

Data de submissão: 19/05/2025

Data de publicação: 19/06/2025

Isabel Cristina Santos
Faculdade Alfacastelo

Paula Regina Oliveira
Universidade Estadual Do Maranhão

Crislaêne Moreira da Costa
Centro Universitário Estácio da Amazônia

Ana Paula Rodrigues de Sousa
UNEMAT

Marcos Roberto da Silva Cavalcante
Word University

Dayane Fernandes Sousa
UFMA

Nicolle Martins Viana Gomes
Centro Internacional de Pesquisa Integralize

Homero de Giorge Cerqueira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Douglas Wallison dos Santos
Faculdade Mauá de Goiás

Rita Wigna de Souza Silva
UERN

Viviane Thomé de Souza
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as perspectivas de profissionais da educação sobre as garantias fundamentais do direito à educação para crianças no Brasil. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, foi realizada com uma amostra de 15 profissionais da educação, entre professores, coordenadores pedagógicos e assistentes sociais atuantes na rede pública de ensino. Por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender como esses profissionais percebem as políticas educacionais, os desafios institucionais e os mecanismos de proteção aos direitos das crianças no contexto escolar. Os resultados evidenciaram a existência de lacunas significativas na efetivação do direito à educação, especialmente no que se refere à infraestrutura, à formação docente e à articulação intersetorial com outras políticas públicas. Relatos apontaram dificuldades práticas para garantir acesso, permanência e qualidade do ensino. Conclui-se que, embora o direito à educação esteja constitucionalmente assegurado, sua concretização plena depende de políticas públicas integradas, financiamento adequado e valorização dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Direitos.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perspectives of education professionals on the fundamental guarantees of the right to education for children in Brazil. The research, of a descriptive nature and qualitative approach, was conducted with a sample of 15 education professionals, including teachers, pedagogical coordinators and social workers working in the public education system. Through semi-structured interviews, the aim was to understand how these professionals perceive educational policies, institutional challenges and mechanisms for protecting children's rights in the school context. The results showed the existence of significant gaps in the implementation of the right to education, especially with regard to infrastructure, teacher training and intersectoral coordination with other public policies. Reports pointed to practical difficulties in guaranteeing access, permanence and quality of education. It is concluded that, although the right to education is constitutionally guaranteed, its full realization depends on integrated public policies, adequate funding and the appreciation of education professionals.

Keywords: Education. Inclusion. Rights.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las perspectivas de los profesionales de la educación sobre las garantías fundamentales del derecho a la educación de la infancia en Brasil. La investigación, de carácter descriptivo y con enfoque cualitativo, se realizó con una muestra de 15 profesionales de la educación, incluyendo docentes, coordinadores pedagógicos y trabajadores sociales que trabajan en el sistema educativo público. Mediante entrevistas semiestructuradas, se buscó comprender cómo estos profesionales perciben las políticas educativas, los desafíos institucionales y los mecanismos para la protección de los derechos de la infancia en el contexto escolar. Los resultados mostraron la existencia de importantes brechas en la implementación del derecho a la educación, especialmente en materia de infraestructura, formación docente y coordinación intersectorial con otras políticas públicas. Los informes señalaron dificultades prácticas para garantizar el acceso, la permanencia y la calidad de la educación. Se concluye que, si bien el derecho a la educación está garantizado constitucionalmente, su



plena realización depende de políticas públicas integradas, una financiación adecuada y la valoración de los profesionales de la educación.

Palabras clave: Educación. Inclusión. Derechos.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano fundamental, previsto em diversos instrumentos legais nacionais e internacionais. No Brasil, esse direito encontra-se assegurado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, apesar do arcabouço normativo consistente, ainda persistem inúmeros desafios para a efetivação plena desse direito, especialmente quando se trata do público infantil (Gerone, 2021).

O direito à educação das crianças não se restringe ao acesso à escola, mas abrange também aspectos como a permanência, a qualidade do ensino, o respeito à diversidade e o ambiente escolar seguro e acolhedor. Trata-se de um direito que deve ser compreendido em sua integralidade, articulado com outras políticas públicas, como saúde, assistência social e proteção contra todas as formas de violência (Silva; Costa, 2016; Silva, 2018).

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado em políticas voltadas à ampliação do acesso escolar, como a universalização do ensino fundamental e a expansão da educação infantil. No entanto, tais conquistas convivem com desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas que afetam diretamente o cotidiano escolar e comprometem a garantia de uma educação equitativa e de qualidade para todas as crianças (Neto et al., 2018; Rodrigues; Nozu; Neto, 2019).

As crianças negras, indígenas, em situação de vulnerabilidade social ou com deficiência enfrentam barreiras adicionais para acessar e permanecer na escola com dignidade. A falta de estrutura física adequada, a carência de profissionais especializados, a violência institucional e o preconceito são fatores que restringem o exercício pleno desse direito. Além disso, o papel da escola como espaço de acolhimento e desenvolvimento integral das crianças exige que seus profissionais estejam preparados para lidar com questões que transcendem o conteúdo curricular (Silva, 2022).

A formação docente, a gestão democrática e a atuação em rede com outros serviços públicos são elementos essenciais para que a educação cumpra seu papel social e emancipador. Nesse contexto, torna-se necessário ouvir os profissionais que atuam diretamente com o público infantil nas instituições escolares, pois suas percepções e experiências cotidianas oferecem pistas importantes sobre os avanços e entraves existentes na garantia do direito à educação das crianças. Compreender como esses sujeitos percebem as condições de trabalho, as políticas públicas e as necessidades dos estudantes permite uma análise mais concreta do cenário educacional (Silva, 2022).

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar as perspectivas de profissionais da educação sobre as garantias fundamentais do direito à educação das crianças, com base em suas experiências e práticas na rede pública de ensino.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa, voltada à compreensão das percepções e vivências (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024) de profissionais da educação sobre a efetivação do direito à educação das crianças. O enfoque descritivo permitiu explorar as realidades escolares a partir das representações dos sujeitos envolvidos, identificando tendências, opiniões e padrões de comportamento a partir de suas experiências cotidianas.

A amostra foi composta por 15 profissionais da rede pública de ensino, distribuídos entre professores (9), coordenadores pedagógicos (3) e assistentes sociais escolares (3), todos atuantes em escolas de educação infantil e ensino fundamental de uma cidade de médio porte no sudeste brasileiro. O critério de seleção dos participantes foi a atuação direta com o público infantil, em contextos escolares marcados por vulnerabilidades sociais, além da disponibilidade para participar voluntariamente do estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas individualmente, com duração média de 45 minutos cada. As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro pré-elaborado, que contemplava questões relacionadas às condições estruturais da escola, às práticas pedagógicas, à formação docente, ao relacionamento com as famílias, às políticas públicas e aos desafios enfrentados na garantia do direito à educação infantil.

As entrevistas foram gravadas (mediante autorização dos participantes), transcritas na íntegra e analisadas a partir da técnica de análise temática, que possibilitou a identificação de categorias e subcategorias emergentes dos dados empíricos, de modo a evidenciar as percepções dos sujeitos em torno do tema pesquisado.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Segundo os entrevistados, embora haja um reconhecimento normativo do direito à educação, sua concretização ainda é marcada por limitações estruturais e operacionais. A maioria relatou que as escolas públicas, especialmente em regiões periféricas, enfrentam sérias deficiências de infraestrutura, como salas superlotadas, falta de materiais didáticos e ausência de espaços adequados para o atendimento às crianças. Os profissionais E02 e E06 destacaram que “há escolas funcionando com salas improvisadas, sem ventilação adequada” e que “o ambiente físico não favorece o aprendizado das crianças, muito menos seu bem-estar”. Essa precariedade compromete diretamente a permanência escolar e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes.

Outro ponto recorrente nos relatos foi a carência de formação continuada específica para lidar com a infância. De acordo com E04 e E10, “os cursos de formação muitas vezes não abordam a

complexidade do trabalho com crianças” e “há pouca preparação para lidar com temas como diversidade, inclusão e trauma infantil”. Isso fragiliza as práticas pedagógicas e limita o potencial educativo das instituições. No que se refere ao papel da família, muitos entrevistados enfatizaram a importância da parceria entre escola e responsáveis.

No entanto, conforme relataram E03 e E12, “existe uma distância entre escola e família, muitas vezes causada pela desconfiança ou pela própria condição socioeconômica das famílias”, o que dificulta a corresponsabilidade no processo educativo. A atuação intersetorial, apontada como estratégica para a proteção integral das crianças, também foi mencionada de forma crítica. Para E05 e E09, “falta diálogo entre as redes de saúde, assistência social e educação” e “os encaminhamentos muitas vezes se perdem porque não há continuidade entre os serviços”. Tal fragilidade compromete o acompanhamento dos casos e a prevenção de violações de direitos.

O acesso à escola foi apontado como um avanço importante, sobretudo após a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos de idade. Contudo, a permanência e a aprendizagem foram identificadas como desafios persistentes. E07 relatou que “muitas crianças estão na escola, mas não aprendem, ou frequentam de forma intermitente”, o que evidencia uma violação do direito à educação de qualidade.

As desigualdades raciais e sociais também foram destacadas como fatores de exclusão. E08 afirmou que “as crianças negras e pobres enfrentam mais barreiras, tanto pelo preconceito quanto pela falta de políticas específicas”. Já E13 acrescentou que “há uma reprodução de estigmas dentro da escola que acaba desvalorizando as crianças de determinados contextos”.

A presença de crianças com deficiência nas escolas públicas foi considerada um avanço, mas os profissionais alertaram para a ausência de suporte adequado. Segundo E01 e E14, “muitas escolas não têm profissionais especializados” e “os professores se sentem sozinhos diante de demandas complexas, sem formação ou apoio técnico”.

Em relação à violência, os entrevistados apontaram que muitas crianças vivenciam situações de negligência, agressões e abuso, o que interfere diretamente em seu rendimento e comportamento. E11 declarou que “muitas vezes, a escola é o único espaço seguro que essas crianças têm”, reforçando o papel social e protetivo da instituição.

A ausência de políticas públicas efetivas também foi alvo de críticas. E15 observou que “as políticas existem no papel, mas não chegam de fato à escola”, e que “há uma lacuna entre o discurso institucional e a realidade das salas de aula”. A maioria dos entrevistados manifestou preocupação com o desmonte de políticas sociais e educacionais nos últimos anos, que afetam diretamente as condições de trabalho e atendimento das crianças. E06 relatou que “houve cortes no financiamento da educação infantil”, e que “os programas de apoio às famílias estão enfraquecidos”.

Apesar dos desafios, os profissionais demonstraram compromisso com a garantia dos direitos das crianças. E09 disse que “a escola ainda é um espaço de esperança”, e que “mesmo com limitações, os professores tentam acolher, escutar e ensinar com dignidade”. Os dados analisados mostram que o direito à educação, embora reconhecido juridicamente, enfrenta entraves em sua aplicação cotidiana. A ausência de recursos, a sobrecarga de trabalho e a fragilidade das redes de proteção são elementos que comprometem o cumprimento desse direito fundamental.

Por outro lado, as falas revelam que iniciativas locais, baseadas no engajamento de professores e equipes escolares, têm conseguido minimizar os efeitos da exclusão educacional. A criatividade pedagógica, os projetos comunitários e o fortalecimento de vínculos afetivos são estratégias mencionadas como fundamentais. Os relatos ainda evidenciaram a importância do acolhimento e da escuta ativa das crianças. E03 destacou que “muitas vezes, o simples fato de ouvir a criança já faz diferença”, enquanto E07 afirmou que “criar um ambiente seguro é tão importante quanto ensinar conteúdos”.

A análise permitiu perceber que a efetivação do direito à educação depende de múltiplos fatores: formação docente, estrutura adequada, apoio técnico, articulação intersetorial e políticas públicas consistentes. A ausência de qualquer um desses elementos fragiliza a proteção integral da infância. A escuta dos profissionais revelou, portanto, que as garantias legais precisam ser acompanhadas de condições concretas para sua implementação. A escola deve ser um espaço vivo de direitos, e isso requer investimento, valorização e compromisso político com a infância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu identificar que, embora o direito à educação da criança esteja assegurado no ordenamento jurídico brasileiro, sua realização plena ainda encontra significativos entraves na prática cotidiana das instituições escolares. A escuta dos profissionais revelou que as dificuldades estruturais, a insuficiência de recursos e a ausência de políticas articuladas impactam diretamente a qualidade da educação ofertada. Verificou-se que a realidade escolar é marcada por desigualdades profundas, que exigem respostas sistêmicas e intersetoriais.

A educação das crianças não pode ser pensada isoladamente, mas sim em articulação com políticas de saúde, assistência social e segurança alimentar, considerando as múltiplas dimensões da infância. A formação inicial e continuada dos profissionais da educação se mostrou como um ponto nevrálgico para a garantia de práticas pedagógicas adequadas às especificidades infantis. A ausência de preparo técnico e apoio institucional compromete a atuação docente, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Os relatos apontaram que, apesar das dificuldades, existem esforços significativos por parte dos educadores para garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e inclusivo. A atuação

comprometida desses profissionais é um fator central na resistência às desigualdades educacionais. Conclui-se que o direito à educação só será plenamente garantido às crianças quando houver um compromisso político efetivo com o fortalecimento das políticas públicas, com financiamento adequado e com a valorização das escolas e de seus profissionais.

É urgente que o Estado cumpra seu papel de garantir não apenas o acesso à escola, mas também as condições necessárias para que a permanência e a aprendizagem sejam reais e significativas para todas as crianças. Assim, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre a efetivação dos direitos da infância, dando visibilidade às vozes dos profissionais da educação, que atuam cotidianamente na linha de frente da defesa do direito fundamental à educação.

REFERÊNCIAS

GERONE, L. G. T. Os Direitos Humanos e a prática Educativa Inclusiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2021.

LIMA, L. A. O. et al. Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. **International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)**, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

NETO, A. O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018.

RODRIGUES, F. M. C.; NOZU, W. C. S.; NETO, J. P. C. Educação, direitos humanos e cidadania: fundamentos para a inclusão escolar da pessoa com deficiência. **RIDH**, v. 7, n. 1, 2019.

SILVA, C. S.; COSTA, B. L. D. Opressão nas escolas: o bullying entre estudantes do ensino básico. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.161 p.638-663 jul./set. 2016.

SILVA, L. O. Bullying nas escolas. **Revista Jurídica Direito & Realidade**, v. 6, n. 5, 2018.

SILVA, Maria Gonçalo da. DIVERSIDADE CULTURAL NAS ESCOLAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 208–222, 2022.